



Comitê de Bacia Hidrográfica das Lagoas de Araruama e Saquarema  
e dos Rios São João e Una

1 ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DA PLENÁRIA DO COMITÊ DE BACIA  
2 HIDROGRÁFICA LAGOS SÃO JOÃO, realizada no dia quatorze de março de dois mil  
3 e dezoito na Universidade Veiga de Almeida, Cabo Frio-RJ. Ao décimo quarto dia do  
4 mês de março de dois mil e dezoito às nove horas, em primeira convocação, e às nove  
5 horas e quarenta minutos, em segunda convocação, deu-se início a Reunião Ordinária da  
6 Plenária do Comitê de Bacia Hidrográfica Lagos São João, com a seguinte relação de  
7 presença: David Barreto Aguiar, representante do Instituto Federal de Educação,  
8 Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ); Fabio Fabiano, representante do  
9 Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO); Márcia Simões  
10 Mattos, representante do Instituto Estadual do Ambiente (INEA); Paulo Sérgio de  
11 Albuquerque Lacerda, representante da Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio  
12 de Janeiro (FIPERJ); Claudio Leão Barreto e Ana Paula Rodrigues Souza,  
13 representantes da Prefeitura Municipal de Araruama; Leandro Coutinho e Roseli de  
14 Almeida, representantes da Prefeitura Municipal de Iguaba Grande; Daiana Paula da  
15 Silva e Ramon dos Santos Sampaio, representantes da Prefeitura de São Pedro da  
16 Aldeia; Eduardo Gomes Pimenta, representante da Prefeitura de Cabo Frio; Irinaldo  
17 Cabral da Silva, representante da Prefeitura de Maricá; Carlos Alberto Vieira Gontijo e  
18 Nathália Salustiano V. Bragança, representantes da Concessionária Águas de  
19 Juturnaíba; Keila Ferreira da Silva, representante da PROLAGOS S.A; Francisco da  
20 Rocha Guimarães, representante da Associação dos Pescadores Artesanais e Amigos da  
21 Praia da Pitória; Gilton Souza de Luna, representante do Sindicato dos Trabalhadores e  
22 Trabalhadoras Rurais de Cabo Frio; Mário Flávio Moreira, representante da Flávio  
23 Portella Geologia ME; Kátia Regina Martins de Souza, representante do Movimento de  
24 Mulheres de Iguaba Grande (MOMIG); Dulce Tupy, representante do Instituto Lagrange  
25 de Pesquisas Científicas e Ambientais; Arnaldo Villa Nova, representante da  
26 Associação de Defesa da Lagoa de Araruama; Edna Ferreira Calheiros Saraiva,  
27 representante da Associação de Mulheres Empreendedoras Acontecendo em Saquarema  
28 (AMEAS); Emídio Fernandes de Souza e Alan Victor Messery Sales, representantes da  
29 Associação Raízes; Dalva Rosa Mansur, representante do Instituto de Pesquisa e  
30 Educação para o Desenvolvimento Sustentável (IPEDS); Sulamita Rangel de Oliveira,  
31 representante da Associação Observação de Cabo Frio. Estiveram também como  
32 convidados as seguintes pessoas: Amabile Ferreira (CILSJ), Luiz Fernando Faulstich  
33 (CILSJ), Aline S. Araujo (CILSJ); Mariana A. Pedro, Pedro Paulo A. P. de Andrade,  
34 Raphael Evangelista Pereira, Jéssica Grimaldi Sanna, Lucas Queiroz Barbosa, Aline  
35 Lázoro Ceorá (NEA-BC); Sandra Bárbara de Souza (IPEDS); Ericson Gandine Barreto,  
36 Eduardo Lidenberg, Adilson S. da Cunha (NATUFERT); Inácio Massao Okada  
37 (APOIO AGRÍCOLA); Daniele Cantanhêde (PESCARTE); Micherlane S. A. Siqueira e  
38 Rafael Pereira Machado (IFF-MACAÉ); Tatiane Araujo e Samuel Muylaert  
39 (INEA/SEA); Aline Thomasi da Silva (FIPERJ); Ralph Albertassi e Fernando Marques,  
40 (Agrisa). A plenária se reuniu para deliberar sobre os seguintes itens de pauta: 1.  
41 **Apresentação dos participantes; 2. Aprovação da ata da reunião do dia 04/12/2017;**  
42 **3. Calendário de reuniões de 2018; 4. Plano de investimento (propostas); 5.**  
43 **Critério para participação dos membros do Comitê em eventos; 6. Proposta de**  
44 **fusão da CTEA e CTCOM; 7. Homologação da entrada da Agrisa na plenária; 8.**  
45 **Inserção do endereço virtual do Comitê no relatório anual da qualidade da água e**  
46 **nas contas de julho e novembro – Concessionária Águas de Juturnaíba; 9.**



47 **Apresentação dos resultados do projeto de aprimoramento da base de dados sobre**  
48 **usos da água na Região Hidrográfica do CBH Lagos São João do Estado do Rio de**  
49 **Janeiro; 10. Apresentação do projeto de mestrado do IFF - Sustentabilidade dos**  
50 **recursos hídricos da Sub-bacia do Rio Una; 11. Assuntos gerais.** O Sr. Leandro  
51 Coutinho, presidente do CBHLSJ, iniciou a reunião apresentando os que compunham a  
52 mesa, e reiterou o compromisso do comitê em realizar as reuniões de plenária em vários  
53 lugares da região hidrográfica. Fez um resumo da situação do comitê, direcionado aos  
54 novos representantes, chamando a atenção para a assinatura do Contrato de gestão com  
55 a delegatária, o Consórcio Lagos São João, em dezembro de 2017, que está se  
56 organizando para executarem os projetos que forem deliberados pelo Comitê.  
57 Apresentou o Sr. Luís Fernando Faulstich como novo analista técnico, contratado por  
58 processo de seleção pública para atuar pelo CBHLSJ, conforme preconiza o Contrato de  
59 Gestão. Apresentou a pauta e cumpriu o primeiro item pedindo que todos os presentes  
60 se apresentassem. Ao se apresentar, a Sra. Dalva informou que a licença ambiental para  
61 a construção da sede do IPEDS em São Pedro da Aldeia foi obtida. Sobre o segundo  
62 item de pauta, o Sr. Leandro ressaltou que o Sr. Felipe Vitorino (Concessionária Águas  
63 de Juturnaíba, CAJ) solicitou que sua declaração durante a plenária do dia quatro de  
64 dezembro de dois mil e dezoito constasse em ata. Naquela ocasião, ele informou que a  
65 CAJ ainda está no aguardo da obtenção de outorga por parte do INEA para captação de  
66 água, mesmo pagando cerca de oitocentos mil reais pelo uso, fato que foi confirmado  
67 pelo Sr. Gontijo na presente reunião. Uma sentença foi então incorporada à ata do dia  
68 do dia quatro de dezembro de dois mil e dezoito. Com essa incorporação, **a ata foi**  
69 **aprovada** pela plenária. O Sr. Leandro então consultou se os presentes se opunham à  
70 solicitação do Sr. Ralph para antecipação do item 7 de pauta, porque o mesmo, indicado  
71 como membro titular representante da Agrisa neste comitê e que realizaria uma  
72 apresentação sobre a empresa, deveria se retirar para ir a uma reunião na Secretaria de  
73 Estado do Rio de Janeiro. O Sr. Ralph explicou que os demais da empresa  
74 permaneceriam na reunião, e assim, a maioria da plenária aprovou que o item de pauta  
75 seguinte fosse a **Homologação da entrada da Agrisa na plenária**. O Sr. Ralph e o Sr.  
76 Fernando realizaram uma apresentação relatando o histórico da empresa e suas  
77 principais características e serviços prestados, dimensões das áreas próprias e  
78 arrendadas, produção em números, situações das licenças ambientais, TAC firmado em  
79 2008, etc, destacando os avanços ocorridos nos últimos anos (ex: obtenção de licenças  
80 ambientais). A Sra. Dalva questionou ao Sr. Ralph qual seria o valor de outorga  
81 atualmente pago pela Agrisa. Ele informou que poderiam informar o valor exato em  
82 outra ocasião. A Sra. Dalva declarou ser a favor que o Comitê solicite revisão destes  
83 valores, ao que a Sra. Márcia (INEA) respondeu que o Comitê deve enviar um ofício  
84 com esta solicitação e justificativa para o INEA no Rio de Janeiro. A Sra. Dalva  
85 também questionou se a empresa obedece a FMP (faixa marginal de proteção) do  
86 reservatório de Juturnaíba, sendo explicado pelo Sr. Ralph que tudo está nos conformes  
87 da licença ambiental. O Sr. Fábio Fabiano (ICMBio) questionou os possíveis impactos  
88 do processo de lixiviação para a lagoa de Juturnaíba. Mencionou que a autorização para  
89 a intervenção na APA não foi obtida junto ao ICMBio. A empresa respondeu que usa  
90 todos os métodos de mitigação preconizados pela licença ambiental. A Sra. Márcia  
91 informou que o INEA está ciente dos passivos ambientais das atividades da empresa e  
92 que tudo se encontra dentro dos protocolos de licenciamento. A empresa esclareceu que

Comitê de Bacia Hidrográfica das Lagoas de Araruama e Saquarema  
e dos Rios São João e Una

93 há projeto para implementação do monitoramento da qualidade da água em torno das  
94 atividades executadas pela empresa. Após estes esclarecimentos, o Sr. Leandro  
95 Coutinho colocou em votação **a inclusão da empresa Agrisa como novo membro do**  
96 **Setor dos Usuários no CBHLSJ, que foi aprovada pela maioria dos Conselheiros**  
97 **da plenária.** O Sr. Leandro passou para o terceiro item de pauta: **Calendário de**  
98 **reuniões de 2018.** O CILSJ apresentou o calendário pré-definido em reunião da  
99 diretoria colegiada no dia vinte e nove de janeiro de dois mil e dezoito. A Sra. Adriana  
100 esclareceu que os meses indicados para as reuniões foram pré-definidos na reunião de  
101 diretoria e que os coordenadores agora devem marcar as datas. **Ficaram estabelecidas**  
102 **as seguintes datas: a reunião do sub-comitê Rio São João no dia dezessete de abril,**  
103 **em Silva Jardim, local a definir; a reunião do sub-comitê Lagoa de Araruama no**  
104 **dia dezoito de abril, às 9h, em Araruama, com local a definir; a reunião do sub-**  
105 **comitê Lagoa de Saquarema no dia três de maio, na OAB em Saquarema, às 14 h;**  
106 **a reunião do sub-comitê Rio Una no dia oito de maio no Sindicato dos**  
107 **trabalhadores Rurais de Cabo Frio, às 10 h.** Passou-se para o item de pauta **Planilha**  
108 **de Investimentos**, quando o Sr. Leandro informou à plenária que as CTs já começaram  
109 a se reunir para definição das ações para serem apresentadas à plenária para aprovação.  
110 O CILSJ apresentou a planilha de gastos proposta pela diretoria em reunião no dia vinte  
111 e nove de janeiro de dois mil e dezoito, com os itens: cem mil reais para o  
112 enquadramento dos corpos d'água (Represa de Juturnaíba); cem mil reais para ações de  
113 monitoramento (Bacia de Saquarema – Jaconé); cinquenta mil reais para ações  
114 relacionadas à pesca; cinquenta mil reais para ações de Educação Ambiental e, por fim,  
115 o valor de quinhentos e setenta e dois mil reais (correspondentes aos setenta por cento  
116 da arrecadação) para serem aplicados em projetos de saneamento. A Sra. Dalva explicou  
117 que uma reunião da CTEA ocorreu no dia doze de março de dois mil e dezoito e  
118 solicitou apresentar a esta plenária os projetos que foram discutidos naquela reunião,  
119 bem como os gastos previstos mas, a fim de seguir a presente pauta, o Sr. Leandro pediu  
120 que os projetos da CTEA fosse apresentado na próxima plenária. Incluiu-se na planilha  
121 de gastos o item Ações de Diretoria e Fortalecimento do CBHLSJ, que não estava  
122 contemplado na planilha apresentada. A Sra. Dalva questionou o porquê da participação  
123 no ECOB e ENCOB não estarem contemplados na planilha. O Sr. Arnaldo disse que fez  
124 o levantamento de gastos por pessoa para o Fórum Mundial da Água, mas que não  
125 haveria tempo para qualquer deliberação nesse sentido. Apresentou o valor de cerca de  
126 setecentos e trinta reais por pessoa para participação no ECOB, e três mil, quatrocentos  
127 e cinquenta e dois reais por pessoa para participação no ENCOB. A Sra. Adriana  
128 esclareceu que, caso fossem dez pessoas nos dois encontros, isto resultaria em um gasto  
129 de cerca de cinquenta mil reais dentro do Item Ações de Diretoria, mas que as ações de  
130 diretoria não se limitam a isso, exemplificando que inclui também os lanches para  
131 reuniões, custo de reuniões, reembolsos de transporte. O Sr. Francisco (Associação dos  
132 Pescadores Pitória) propôs remanejar cinquenta mil reais dos cem mil reais  
133 originalmente projetados para Monitoramento, direcionando mais trinta mil reais às  
134 ações de educação ambiental e vinte mil reais para controle/fiscalização da pesca e  
135 estatísticas pesqueiras. O Sr. Emídio lembrou que o plano de bacia precisa ser revisto  
136 e diz que em breve o comitê precisará pensar sobre isso. A Sra. Edna pediu  
137 esclarecimento sobre a verba total, que julgou ser menor em relação aos outros anos. O  
138 Sr. Arnaldo esclareceu que isso se deve ao valor arrestado, e também porque, até então,

Comitê de Bacia Hidrográfica das Lagoas de Araruama e Saquarema  
e dos Rios São João e Una

139 o CBHLSJ era o único comitê que não havia reajustado o valor da cobrança pela água, e  
140 que agora a arrecadação aumentará. A Sra. Adriana pediu a palavra a Dra. Aline, que  
141 esclareceu sobre o TAC parcial, e que atualmente o INEA não deposita o dinheiro dos  
142 comitês em uma conta única, como ocorria previamente, o que evitará problemas  
143 futuros com arrestos, por exemplo. Iniciou-se uma discussão sobre a fusão das duas  
144 Câmaras Técnicas, Educação Ambiental e Comunicação Social, uma pauta que  
145 apareceu somente na convocação da reunião enviada pelo Sr. Arnaldo no dia 11 de  
146 março. Neste sentido, a jornalista Dulce Tupy questionou a junção das duas Câmaras  
147 Técnicas, argumentando que são áreas completamente diferentes e que estão na planilha  
148 já fundidas em uma só, antes de haver discussão, com uma só verba restrita a 50 mil  
149 reais, o que não dá para nada, em termos de comunicação. Também, transmitiu uma  
150 informação que o Sr. André Moreira passou a ela, de que, em sua visão, monitoramento  
151 da Lagoa de Araruama está sendo feito tecnicamente errado. A Sra. Dulce informou que  
152 Comunicação Social é totalmente distinta de Educação Ambiental e que quando foi  
153 criada a Câmara Técnica de Comunicação Social, sugerida pelo ex-secretário Luiz  
154 Firmino, ela deu grande visibilidade ao CBHLSJ em todo o país, pois tinha um veículo  
155 de comunicação, o jornal Voz das Águas que foi muito bem recebido na comunidade  
156 das águas, tornando-se inclusive uma referência. A jornalista e editora do Voz das  
157 Águas disse ainda que fez um Plano de Comunicação para o CBHLSJ que foi  
158 imediatamente adotado pela Dalva Mansur que fez um vídeo que ninguém viu e que  
159 inclusive não tinha nem roteiro. Segundo informações obtidas pela jornalista, o vídeo  
160 teria custado 25 mil reais na época. A Sra. Ana Paula chamou a atenção para que a  
161 resolução que trata a junção da CTEA e CTCOM deveria ser aprovada antes de se  
162 aprovar o programa de gastos, pois este já está considerando ambas juntas. A Sra. Dalva  
163 esclareceu que em nenhum momento a CTEA iria absorver a CTCOM. Então explicou  
164 que, em 2015, em reunião da CT, foi definido que não havia recurso para manter as  
165 duas CTs. Então, deliberou-se em plenária, que as duas iam ser conduzidas juntas, mas  
166 não seriam incorporadas uma a outra. A Sra. Dalva declarou ser contra a junção das  
167 duas CTs, e deixou claro que a CTEA não está pedindo para acabar com a CTCOM. A  
168 Sra. Ana Paula sugeriu diminuir o custo do enquadramento (cem mil reais). O Sr.  
169 Irinaldo sugeriu que o monitoramento estivesse incluso no Item Saneamento, mas a Sra.  
170 Adriana esclareceu não ser possível, pois setenta por cento da arrecadação deve, de fato,  
171 ser usado em obras de saneamento. Sugeriu-se prover cinquenta mil reais para  
172 enquadramento (não cem mil reais como originalmente proposto), e transferir vinte e  
173 cinco mil reais para pesca, e vinte e cinco mil reais para ações de diretoria. A  
174 Sra. Dulce, retomando o tema da fusão das duas Câmaras Técnicas, falou que acabar  
175 com a CT de Comunicação é um absurdo que pode até ir parar no Ministério Público,  
176 pois uma das funções da existência dos Comitês de Bacia, segundo a Lei das Águas, é  
177 justamente divulgar as questões da água e como fazê-lo sem comunicação? A Sra.  
178 Adriana lembrou a todos sobre o Programa Pro-Comitê da Agência Nacional das  
179 Águas (ANA), e que cada comitê deve receber cinquenta mil reais, que podem, por  
180 exemplo, serem destinados para Enquadramento. A Sra. Adriana lembrou que as  
181 prefeituras municipais podem apresentar seus projetos de saneamento para o Comitê. A  
182 Sra. Dulce lembrou que a ANA está promovendo em todos os seus encontros a  
183 importância da Comunicação no âmbito dos comitês, reiterando o salto que o CBHLSJ  
184 deu à divulgação quando investiu em ações de comunicação social. A Sra. Adriana

Comitê de Bacia Hidrográfica das Lagoas de Araruama e Saquarema  
e dos Rios São João e Una

185 informou que, dentro da rubrica Custeio da delegatária, existem quarenta e oito mil reais  
186 para contratação para ações de Comunicação. O Sr. Leandro Coutinho colocou então o  
187 item 6 **Proposta de fusão da CTEA e CTCOM**, em discussão. E passou a palavra ao  
188 Sr. Emídio, que é relator da CTIL, que esclareceu que na última reunião da CTIL  
189 chegou-se ao comum acordo que as ações das duas CTs seriam executadas  
190 separadamente, embora trabalhadas em uma única CT. O Sr. Leandro então solicitou  
191 votação nominal para a fusão da CTEA com a CTCOM: Onze membros votaram a  
192 favor, houve duas abstenções e três votos contra (Sra. Edna, Sra. Dulce, Sra. Dalva). Em  
193 seguida, o Sr. Leandro colocou em **votação os valores a serem investidos**, vencendo a  
194 proposta 3, com quinze votos a favor, a saber: **Investimento em Saneamento:**  
195 **752,833.11; Contrato de gestão –Ano I (recursos da cobrança): 198,670.07;**  
196 **Enquadramento – Represa Juturnaíba: 50,000.00; Monitoramento dos corpos**  
197 **hídricos: 75,000.00; Pesca: 75,000.00; Educação Ambiental e Comunicação Social:**  
198 **50,000.00; Ações de Diretoria e Fortalecimento do CBH: 53.913.84; montante total:**  
199 **1,255,417.02.** Em Seguida, o Sr. Leandro colocou em votação o item 5: **Critério para**  
200 **participação dos membros do Comitê em eventos**, versados pela minuta de resolução  
201 escrita pela CTIL em sua última reunião. O Sr. Arnaldo sugeriu que colocasse no texto  
202 o critério de quem participa "assiduamente" das reuniões dos sub-comitês e das CTs. A  
203 Sra. Dalva sugeriu colocar "instituição" no lugar de "membro", explicando que o  
204 representante tem que ser ligado ao CBH pois, se constar "instituição", pode-se querer  
205 financiar qualquer pessoa da instituição. A Plenária aprovou utilizar o termo "membros  
206 representantes de instituição" do CBHLSJ na resolução. A Sra. Ana Paula questionou se  
207 o Comitê pode financiar participações de membros do setor público. A Sra. Tatiana  
208 (INEA) esclareceu que não há lei específica sobre isso, e que o Comitê tem autonomia  
209 para decidir. Assim, a plenária aprovou que o CBHLSJ possa financiar a participação de  
210 membros representantes do setor público. A Sra. Dulce questionou o que significaria  
211 "assiduamente" no texto proposto, dizendo ser subjetivo. A Sra. Tatiana propôs então  
212 tirar o item 3 do texto proposto e levar em conta só presença do representante em  
213 plenárias, dada a dificuldade em controlar todas as listas de presença. Tendo sido esta  
214 sugestão acatada, **a resolução foi aprovada de forma unânime**. O Sr. Leandro chamou  
215 então a Sra. Nathalia Bragança para explicar à plenária sobre o item **Inserção do**  
216 **endereço virtual do Comitê no relatório anual da qualidade da água e nas contas**  
217 **de julho e novembro – Concessionária Águas de Juturnaíba**, quando a CAJ pediu  
218 autorização do Comitê para acrescentar na conta de água, que já especifica que os  
219 valores arrecadados pela taxa de recursos hídricos são direcionados às ações do Comitê,  
220 o endereço site do CBHLSJ. A Sra. Dulce perguntou se o site do CBHLSJ se encontra  
221 atualizado, ao que a Sra. Adriana responde que não havia recursos para atualização do  
222 site nos últimos dois anos, e relatou que o CILSJ manteve seu site pelo custo mensal de  
223 cento e cinquenta reais, mantendo também o site do CBHLSJ no ar, porque o do CILSJ  
224 direciona ao do CBHLSJ. Acrescentou que em breve ocorrerá o processo licitatório para  
225 atualização e restauração do site, informando que a informação do site só será colocada  
226 quando ocorrer tal atualização. O Sr. Gontijo esclareceu que a CAJ é obrigada a  
227 divulgar a informação sobre a taxa do uso da água na conta, esclarecendo que a proposta  
228 apresentada à plenária de acrescentar o endereço do site comitê justifica-se pela  
229 intenção de maior transparência por parte desta concessionária. **A solicitação foi**  
230 **aprovada por unanimidade**. O Sr. Leandro então convidou o Sr. Samuel (INEA) a

Comitê de Bacia Hidrográfica das Lagoas de Araruama e Saquarema  
e dos Rios São João e Una

231 iniciar sua apresentação, que versou sobre a importância do cadastro dos usuários de  
232 recursos hídricos, e alguns números para região hidrográfica VI, como porcentagens dos  
233 múltiplos destinos de uso da água. Solicitou então que este Comitê, através da  
234 delegatária, **defina data e local com acesso a internet para a realização da oficina de**  
235 **capacitação de Cadastramento e regularização dos recursos hídricos** nessa região  
236 hidrográfica, que ocorrerá ao longo de um dia (informações teóricas pela manhã e  
237 prática a tarde, através de simulações no sistema de cadastro). A Sra. Adriana disse que  
238 o CILSJ entrará em contato com os membros do comitê para saber quem está  
239 interessado, bem como para sugerirem convidados. O Sr. Rafael, mestrande do  
240 programa de Engenharia Ambiental do IFF foi convidado para apresentar sobre seu  
241 estudo no âmbito dos comitês, ficando **deliberado que ele apresentará sobre a**  
242 **metodologia em reunião do sub-comitê do Rio Una.** Em assuntos gerais, o Sr.  
243 Leandro explicou que o Comitê recebeu ofício da AGENERSA dizendo que o mesmo  
244 será responsável se algo acontecer com a barragem do reservatório de Juturnaíba, pois o  
245 Comitê não emitiu a declaração de "nada a opor", como foi solicitado no âmbito do  
246 processo de licenciamento a ser emitido pelo INEA para realização do reparo da  
247 ombreira demandado pela AGENERSA à concessionária PROLAGOS. O Sr. Francisco  
248 opinou que, se há um laudo da defesa civil que diz que há riscos, o comitê não pode  
249 contestar. O Sr. Arnaldo explicou brevemente a questão, dizendo que os laudos  
250 elaborados se referem as ombreiras (e não à barragem), simplificando que trata-se de  
251 um muro construído em 1985, que ruiu e encontra-se caído e que provavelmente no ano  
252 de sua construção já estava comprometido visto que é estrutura totalmente solta da  
253 barragem. A Sra. Dalva acrescentou que a ombreira foi construída como canal de  
254 irrigação, mas que hoje não apresenta mais essa função. O Sr. Arnaldo reiterou sua  
255 opinião de que os custos do reparo da ombreira não devem incidir sobre a população.  
256 Também, sugeriu que se retire o muro (obra que ficaria em torno de três milhões de  
257 reais), contra o valor de cerca de dez milhões de reais para realização do reparo  
258 conforme deliberado pela AGENERSA. O Sr. Eduardo Pimenta sugeriu que se convide  
259 quem assinou os laudos que dizem haver risco à operação da barragem para virem ao  
260 comitê explicar a situação, para que então o comitê tome sua posição. A Sra. Aline  
261 informou que a prefeitura municipal de São Pedro da Aldeia também foi oficiada pela  
262 AGENERSA para se manifestar, lembrando que a PROLAGOS foi quem trouxe  
263 inicialmente essa questão ao Comitê. Explicou que o Comitê oficiou a SEA há alguns  
264 anos, entendendo que as questões da barragem competiriam à União. Houve uma busca  
265 de recursos da FECAM para realizar o reparo, mas o mesmo não foi liberado. Assim, a  
266 situação se tornou um processo regulatório da AGENERSA, para se avaliar se  
267 competiam às concessionárias a realização da obra de reparo. Em 2015, a AGENERSA  
268 demandou a PROLAGOS que levantasse um estudo sobre como fazer o reparo.  
269 Adicionou-se que o reparo não compete à CAJ, pois no seu contrato de concessão não  
270 consta a atividade de manutenção. O Sr. Arnaldo declarou que entende que essa obra  
271 não é necessária, mas a retirada de plantas aquáticas sim, pois isto, de fato, pode  
272 prejudicar as atividades da barragem. O Sr. Francisco sugere que o comitê responda ao  
273 ofício da AGENERSA dizendo que não se opõe à obra de reparo, desde que o custo não  
274 seja para a população. **O Sr. Leandro informou que entrará em contato com a**  
275 **AGENERSA para que a mesma passe o contato das pessoas responsáveis por**  
276 **assinar os laudos e disse que fará inspeção ao local para identificar os agravos.** O



Comitê de Bacia Hidrográfica das Lagoas de Araruama e Saquarema  
e dos Rios São João e Una

277 Sr. Arnaldo trouxe a sugestão para revisão do regimento interno do CBHLSJ,  
278 levantando como exemplo a necessidade de revisão da periodicidade das eleições,  
279 sugerindo que a CTIL avalie a situação em sua próxima reunião, ao que o Sr. Emidio,  
280 relator da CTIL aquiesceu. O Sr. Leandro agradeceu ao Sr. Eduardo a disponibilidade  
281 do espaço para esta reunião, que se encerrou às quatorze horas e vinte e nove minutos.  
282 Assinam essa ata o Diretor Presidente e o Secretário Executivo.

Carlos Gontijo  
Presidente Interino

Arnaldo Villa Nova  
Secretário Executivo